

ITINERÁRIO CULTURAL “CAMINHO PARA OS ERVAIS” COMO PROPOSTA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Claudia Maria Sonaglio¹, claudia.sonaglio@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-2840-5440>
Carlos Otávio Zamberlan¹, otaviozamberlan@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9975-9612>

1 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 79804-970, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Submitted: 10/11/2022. Accepted: 16/12/2022
Published: 18/12/2022

RESUMO

Objetivo: analisar dados socioeconômicos e patrimoniais conhecidos do território, permitindo traçar desafios de patrimonialização e elencando prioridades baseadas em vulnerabilidades regionais encontradas.

Método: Para conseguir isso foi utilizado um levantamento documental juntamente com um processo de análise de indicadores socioeconômicos e patrimoniais, provenientes de diversos bancos de dados capturados com o software QGIS.

Resultados: O desenvolvimento regional pode vir através de elementos culturais, mais precisamente por processos de patrimonialização territorial, onde se atribui valores a uma massa de bens constantes em um espaço geográfico e, com isso, se consegue valorar o território através de uma simbologia construída. Como resultado foi percebido a vulnerabilidade socioeconômica da região e constatado a possibilidade de patrimonialização de vários pontos já registrados.

Originalidade: Esse estudo trata disso, dessa construção simbólica onde o objetivo recai sobre o processo de patrimonialização de uma proposta regional de criação de um Itinerário Cultural no estado de Mato Grosso do Sul, buscando efetuar uma análise de indicadores socioeconômicos e de bens passíveis de patrimonialização na região da fronteira oeste-sul do estado.

Palavras-chave: desenvolvimento, patrimonialização, cultura, desigualdade social

CULTURAL ITINERARY “CAMINHO PARA OS ERVAIS” AS A PROPOSAL FOR REGIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

Objective: to analyze socio-economic and heritage data known from the territory, allowing to outline heritage challenges and listing priorities based on regional vulnerabilities found.

Method: To achieve this, a documentary survey was used together with a process of analysis of socioeconomic and heritage indicators, from several databases captured with the QGIS software.

Results: Regional development can come through cultural elements, more precisely through territorial patrimonialization processes, where values are attributed to a mass of constant goods in a geographic space and, with this, it is possible to value the territory through a constructed symbology. As a result, the socioeconomic vulnerability of the region was perceived and the possibility of patrimonialization of several registered points were verified.

Originality: This study deals with this symbolic construction where the objective falls on the patrimonialization process of a regional proposal to create a Cultural Itinerary in the state of Mato Grosso do Sul, seeking to carry out an analysis of socioeconomic indicators and assets subject to patrimonialization in the west-south border region of the state.

Keywords: development, patrimonialization, culture, social inequality

1. Introdução

O processo de desenvolvimento regional pode vir por meio da cultura? Atualmente os elementos culturais ligados às regiões são valorizados e patrimonializados, esse processo busca criar valor a um dado território e ganhou, a partir da escola francesa de economia, uma concepção de atratividade regional. Juntar sistemas produtivos locais como os ligados ao meio rural, ao artesanato, a arquitetura, ao turismo, com outras expressões da cultura a fim de valorizar um território, cria a possibilidade de agrupar valores (Virassamy, 2002; Büttendbender et al., 2022; Beroíza Pereira et al., 2022). No entanto, esse retorno de valor se dá de forma mais intensa, de forma agregada, levando uma simbologia construída, que se baseia na cultura, na história e no tempo.

Esse artigo tem como base a descoberta de um caminho antigo localizado em grande parte no atual estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na região da Franja oeste-sul, que faz fronteira com o Paraguai. Esse caminho consta em Busón e Zamberlan (2018), e é carregado de elementos históricos, como a própria Guerra Guassu, e seus personagens, bem como a exploração dos ervais nativos que se localizavam mais no centro-sul da região.

Dos ervais nativos, de onde se extrai a erva mate, surge o nome para esse caminho, que foi utilizado por indígenas e por colonizadores espanhóis e portugueses, mais tarde por imigrantes vindos de várias regiões para colonizar as terras sul-mato-grossenses, do anterior sul de Mato Grosso, caracterizando-o como um local de encontro de culturas e de diversidade, um Itinerário Cultural, o caminho para os Ervais (Busón & Zamberlan, 2018; Büttendbender et al., 2022). O objetivo deste estudo é analisar dados socioeconômicos e patrimoniais conhecidos do território, permitindo traçar desafios de patrimonialização e elencando prioridades baseadas em vulnerabilidades regionais encontradas. Essa discussão de patrimonialização territorial enriquece a literatura, principalmente no Brasil, pois aqui a literatura está mais direcionada aos processos de criar patrimônio arquitetônico e cultural, ligados mais a bens específicos e não ao território de forma mais ampla.

Para que se consiga o objetivo proposto e da mesma forma contribuir com o conhecimento sobre processos de patrimonialização territorial esse trabalho se divide em cinco seções, sendo a primeira essa introdução. A segunda seção é um apanhado teórico sobre o tema patrimonialização de territórios e seu vínculo com o desenvolvimento, onde se faz uso, em grande parte, de estudos franceses e marroquinos, pois existem ações reais de territórios patrimonializados em regiões desses países. A terceira seção aborda os materiais e métodos utilizados para realização do trabalho. A quarta seção trata especificamente do Itinerário Cultural Caminho para os Ervais, com dados socioeconômicos e patrimoniais até o momento catalogados na região, bem como os desafios de patrimonialização a serem enfrentados. Por último uma breve conclusão do estudo, mostrando também, a possibilidade de outros pesquisadores atuarem na região do Caminho para os Ervais, a fim de fortalecer e agilizar o processo de patrimonialização do território.

2. Patrimonialização e Desenvolvimento

O conceito clássico de patrimônio envolve bens, direitos e obrigações de valor econômico relacionados a uma pessoa ou entidade, estudado nas disciplinas de ciências contábeis e administração, mas o patrimônio ganha outras roupagens quando se incute nele a noção de território, dando ênfase a questões culturais e, a partir disso, busca-se o conceito de patrimônio cultural (Zanirato & Ribeiro, 2006; De Bruycker & Girault, 2018; Ariel de Vidas & Rahimov, 2022; Bernardo, 2022). O que é entendido como patrimônio cultural? Inicialmente o patrimônio cultural se referia aos grandes monumentos artísticos de uma civilização, porém atualmente esse conceito se ampliou para o conjunto de bens culturais relativos a identidades coletivas, o que abrange um conjunto mais amplo de expressões da cultura como diversas expressões da arte, arquitetura, gastronomia, festas, sítios arqueológicos, entre outros (Zanirato & Ribeiro, 2006).

O patrimônio cultural, em termos internacionais, ganha força após a Segunda Guerra Mundial, com a Criação das Nações Unidas e, posteriormente, em novembro de 1946, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que assume o papel de organizar e regular eficazmente as medidas de conservação e tutela, formulando diretrizes, critérios e prioridades para proteção e valorização do patrimônio cultural. Mas foi em 1992, que a UNESCO dá um salto na conceitualização dos elementos patrimoniais do território, quando passa a considerar a sinergia dos elementos culturais com a natureza paisagística e cria a chancela de Paisagem Cultural, que nada mais é do que uma interação do ambiente natural e as ações humanas, que criam cultura e resulta numa paisagem alterada (Zanirato & Ribeiro, 2006). Muñarríz (2011) salienta que as paisagens culturais resultam de uma interação com o homem, fruto de ações de configuração e recriação inseridas num dado território e condensadas em três vertentes: econômica, social e simbólica. Para ele, essas vertentes estão integradas na categoria de paisagem cultural e dentro delas se valoriza a cultura e a natureza.

Outro meio de valorização cultural recai sobre os chamados “Itinerários Culturais”. Para Fernández (2006) estes se tornaram uma nova categoria de patrimônio cultural após a inclusão do Caminho de Santiago na lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, no ano de 1993. Para a autora os Itinerários Culturais consagram uma nova forma de patrimônio e específica isso na seguinte passagem (p.21):

(...) hemos de tener en cuenta que se ha producido un cambio cualitativo en la valoración de los bienes culturales, de su gestión y de su conservación, lo que ha afectado especialmente a la concepción tradicional del patrimonio artístico, pasando de la consideración del monumento como obra aislada a un enfoque más amplio teniendo en cuenta su contexto; de esta forma, los itinerarios culturales se convierten en un instrumento válido para establecer vínculos entre distintos elementos patrimoniales al margen de su naturaleza y dentro de un paisaje contribuyendo a forjar la identidad cultural, la comprensión y el respeto hacia la diversidad del patrimonio de la humanidad.

Percebe-se que os itinerários passam a carregar uma carga simbólica muito ampla que representa cultura e natureza, podendo até fazer parte de uma paisagem cultural, mas não necessariamente (Buson et al., 2020). Um itinerário Cultural é visto, então, como um meio de valorização e de relacionamento entre bens materiais e imateriais constantes ao longo de seu percurso e do tempo. Essa relação considera não somente o bem palpável, mas todo contexto e todo processo sócio-histórico que ele representa ou do qual ele resulta, se engajando no imaginário coletivo e despertando sentimento de identidade, portanto, criando valor, tornando-se patrimônio.

Mas como criar em um território um rol de patrimônios? A resposta está no processo de patrimonialização. Esse processo pressupõe a incorporação de valores oriundos de uma construção histórica e sociocultural pertencentes a um determinado espaço de uma sociedade (Prakofjewa et al., 2020; Reyes-Chávez et al., 2021; Bhuiyan et al., 2022). Isso significa levar em consideração a relação histórica e de formação cultural em dado território. Cara (2004) salienta que o processo de patrimonialização busca incorporar valores socialmente construídos, contidos no espaço e no tempo de um grupo social particular, ou sociedade, que vem a formar parte dos processos de territorialização, que alicerçam a relação entre território e cultura.

Essa relação visa inserir as comunidades residentes rumo ao desenvolvimento econômico e social. Como? Silva (2011) coloca que ao agregar valor econômico e simbólico aos bens materiais e imateriais com reconhecimento e identificação dos processos sócio-históricos e culturais do território, os bens assumem uma posição simbólica, o que se constitui em marca territorial se tornando canais de desenvolvimento em toda acepção do termo.

O desenvolvimento vai ocorrer mediante a fusão das massas patrimoniais de um dado território o que irá acentuar a dimensão econômica. A partir disso, pode-se ter uma conversão de tudo em uma série de políticas públicas que visam contemplar bens culturais e naturais como elementos de diferenciação distinguindo o território dos demais. Dessa forma, o território passa a ser detentor de uma série de valores que dão base a criação de infraestruturas para promoção do turismo e de outros recursos e produtos relacionados com o lugar e com a cultura (Martínez Yañes, 2008).

Pérez (2018) aborda o processo de patrimonialização separando-o em três eixos, praticamente como descrito, nomeando esses eixos, como de infraestrutura, de estrutura e de superestrutura. A infraestrutura é o esqueleto, a etapa de inventariarização, de determinação dos componentes culturais e naturais, ou seja, a determinação dos vetores a ele relacionados, como, a arquitetura vernácula (forma de construção que usa materiais locais, algumas técnicas tradicionais, tipologias regionais e adequada ao ambiente), o patrimônio etnográfico (abrange tanto bens de natureza material quanto bens de natureza imaterial), as paisagens cotidianas, os elementos de expressão da cultura etc. A estrutura é o processo de construção histórica e cultural, de apropriação coletiva dos valores culturais definidos na infraestrutura. E a superestrutura se refere ao processo institucional de patrimonialização, nele se localizam as ações de gestão e manejo do patrimônio fazendo referências as leis, normas, ditames, meios de comunicação e formas de promoção do território. Para a autora a superestrutura se refere aos territórios políticos e os dois anteriores aos territórios geográficos. A patrimonialização é uma união deles.

A Paisagem Cultural Cafeteira Colombiana (PCCC), que foi inscrita na lista de patrimônio mundial da UNESCO no ano de 2011, passou pelas etapas acima descritas e possui diversas instituições vinculadas no processo de gestão (agrárias, ambientais, culturais, acadêmicas, turísticas, etc), que se refere a superestrutura. Os resultados apresentados na PCCC evidenciam um trajeto de sustentabilidade patrimonial, cultural e produtiva o que é observado na valorização do eixo cafeeiro por meio de um sistema turístico qualificado, pelo artesanato e também pelo café, reconhecido internacionalmente pelo sabor e qualidade (Cardona, 2016; Duis, 2021). Essa ideia de patrimonialização, segundo Cara (2004) vem da geografia cultural e social da escola francesa, que depois é incorporada pela escola de economia também na França por meio dos Polos de Economia do Patrimônio (PEP). Segundo o autor, os Polos de Economia do Patrimônio – PEP – consideram o território como um lugar de criação de recursos específicos, de criação de inovações e que permitem manter a atividade econômica por meio da valorização da qualidade dos produtos e serviços oriundos do território; um espaço valorizado para promoção regional, portador de vetores simbólicos, culturais e históricos que conferem a produção local um caráter específico.

Ademais, os PEP objetivam a utilização da diversidade patrimonial francesa como instrumento de desenvolvimento econômico, propondo uma política de valorização territorial global e integrada, dentro de um pensamento de desenvolvimento durável que une ambiente e desenvolvimento socioeconômico (Virassamy, 2002). A patrimonialização, então, é vista como uma união dos elementos passíveis de valoração integrando-os e atribuindo-os ao conjunto do território. Cara (2004), diante disso, salienta que dentro desse conjunto estão os residentes, que devem se apropriar dos símbolos, do patrimônio. Frente a essa total sinergia, conforme aponta o autor, há um transbordar dos valores para o território, que passa a ser depositário legítimo dos valores patrimoniais e consegue, dessa forma, transferi-los aos seus habitantes, aos produtos e serviços locais, tudo por meio de um sistema de gestão e promoção.

Em relatório sobre os processos de patrimonialização territorial no Marrocos, Landel, Senil e Mao (2007) mostram um inventário do patrimônio da região de tadla azilal, os principais atores envolvidos e os projetos que nasceram desse trabalho. O relatório traz que o patrimônio cultural e natural da região favoreceu o desenvolvimento e o crescimento relativo do turismo rural. Outra região marroquina que passou pelo processo de patrimonialização foi a região do Oasis de Talifalet, um território tido como economicamente frágil e vulnerável. Askour (2018) salienta que a fórmula de revitalização e desenvolvimento econômico e social solicitada por autoridades públicas foi alicerçada na criação e organização de setores sob a forma de aglomeração e trabalho em rede, seguindo um

modelo de Sistemas Produtivos Locais (SPL), onde o Estado intervém como catalisador da dinâmica de formação desses sistemas, um modelo de desenvolvimento batizado de “Estado acompanhante”.

O autor enfatiza que no Território do Oasis de Tafilalet fomentou-se um SPL voltado à produção de azeite e tâmaras, que teve seu desenvolvimento frente à assistência do Estado visando à evolução da cadeia feita por uma modernização das práticas agrícolas e o desenvolvimento da atividade turística baseada em um potencial natural, geográfico e sócio-histórico significativo, incluindo ksour (aldeia fortificada de arquitetura Árabe) e Kasbahs (cidadela cercada por muros de estilo Árabe), patrimônio cultural, paisagens montanhosas, entre outros, formando um SPL turístico, que auxilia na promoção dos produtos locais, não somente para a população residente, que passou a se identificar com o território, mas para exportação, beneficiando sobremaneira os SPLs do Azeite e Tâmaras.

O SPL do turismo do Território de Tafilalet tem também um Itinerário Cultural, que se baseia num ecossistema de deserto de dunas representado pela estrada Majhoul, ou Rota Majhoul (RM), que passa por locais que representam a cultura marroquina, sua história, e o estilo de vida dos habitantes do deserto (Ouhajou & Lmariouh, 2018; Abderrahmane, 2018 e Askour, 2018). A RM é uma alternativa de desenvolvimento baseada em ecoturismo de oásis sendo um circuito turístico temático, que evoluiu para uma marca de turismo territorial e de onde emergiu uma série de atores locais identificados com ela, que se reuniram em associações, e passaram a promover o território (ASKOUR, 2018).

Nesses casos marroquinos é possível perceber que as fases descritas anteriormente, representadas pelo território geográfico (infraestrutura e estrutura) e pelo território político (superestrutura) são importantes e fomentam uma posterior sinergia que passa a refletir no território e nos resultados. Percebem-se a necessidade de conhecer os bens culturais materiais e imateriais, os bens naturais; bem como, a participação dos atores locais e dos sistemas institucionais, que passam a atuar em redes.

O Exemplo das Cidades e Terras da Arte e História (VPAH – les villes et pays d’art et d’histoire) na França, também demonstram isso. Os VPAHs são rótulos dados a cidades e territórios pelo Ministério da Cultura Francês, desde que essas se engajem na promoção e aprimoramento de sua herança artística e histórica. O Estado Francês passa a ter um compromisso técnico e financeiro e cobra das autoridades locais a obrigação no desenvolvimento de políticas de valorização patrimonial, calcadas em visitas guiadas aos elementos patrimoniais locais, exposições culturais, serviços educacionais aos residentes relativos ao patrimônio cultural e histórico regional, cultivo ao turismo cultural, desenvolvimento de políticas de comunicação e promoção do patrimônio, entre outras (Djament, 2020; Vpah, 2019; Landel et al., 2007; Virassamy, 2002; Salvador et al., 2007).

3. Materiais e Métodos

A área de estudo se localiza dentro de Mato Grosso do Sul, um estado Brasileiro pouco povoado, com 2.449.024 hab. (IBGE, 2010) e com uma extensão territorial de 357.124,9 km², o que representa uma densidade de somente 6,8 hab. por km². A região analisada segue o mesmo padrão, são 114.836,41 km² de extensão territorial com uma população, segundo IBGE (2010), de 702.235 hab., representando uma densidade de 6,1 hab. por km².

A escolha da região parte de uma análise econômica e da percepção de maior vulnerabilidade da faixa de fronteira sul-mato-grossense, e de um levantamento documental, baseado, principalmente em cartografia histórica, que visou um maior conhecimento histórico e cultural da região onde foi descoberto um “Caminho Antigo” com potencial de tornar-se um Itinerário Cultural, batizado “Caminho para os Ervais”, nome baseado em cartografia (Busón e Zamberlan, 2018).

A região do Itinerário Cultural “Caminho para os Ervais” é, então, o foco desse trabalho. Por tudo isso se fez necessário uma análise mais apurada de informações, buscando melhor visualizar

detalhes para demonstrar a necessidade de ações pontuais para criar atratividade regional e possibilitar maior desenvolvimento para o território. Dados foram coletados de diversas fontes, como IBGE e IPHAN, e tratados através do software QGIS para plotar informações em mapas da região, dando assim a possibilidade de levar adiante as discussões aqui iniciadas e propor ações de desenvolvimento, incluindo políticas públicas.

Aqui se está patrimonializando o território através da valoração dos bens e sua posterior promoção, o que pode impactar o ambiente socioeconômico revertendo em benefícios para as populações locais e para as firmas ali instaladas ou que venham a usufruir do patrimônio que está se desenvolvendo em virtude desse processo. Com isso pode-se inclusive diversificar a matriz produtiva de uma região, dando a ela dinamismo e abrindo novos horizontes.

Todavia, o processo de patrimonialização não é algo que vai trazer resultados sociais e econômicos imediatos, pois é um processo que demanda tempo e fases específicas para sua realização. A primeira fase é caracterizada pela realização de um inventário de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis do território e sua autenticidade. A segunda fase é a disseminação disso, principalmente para as comunidades locais, visando uma apropriação por parte delas, o que cria identidade cultural. A terceira fase seria a consolidação de uma estrutura institucional que proteja esse patrimônio e possibilite sua gestão. Isso tudo permite criar algo duradouro e de impacto positivo para o território e sua população.

Com uso do QGIS conseguiu-se dividir a região onde o Itinerário Cultural passa (ou pode exercer influência) em três grandes áreas, Sul, Norte – Leste e Oeste. Dessa maneira podem-se acometer as investigações de forma mais eficaz, possibilitando a priorização de zonas por meio de sua vulnerabilidade. Essa zonificação é pensada para realizar o trabalho em fases que se sucedem e os estudos de detalhe de outras áreas estão previstos para um período posterior. A tabela 1 traz informações que possibilitam uma melhor percepção da amplitude das discussões que podem ser continuadas com base nesse estudo.

Tabela 1 - Áreas de trabalho do itinerario cultural “Caminho para os Ervais”

Área Sul			Área Norte - Leste			Área Oeste		
Área km ²	Hab.	Hab./ km ²	Área km ²	Hab.	Hab./ km ²	Área km ²	Hab.	Hab./ km ²
32.801,18	7,9	259.184	41.344,41	328.826	7,95	40.690,83	102.423	2,56
ANTÔNIO JOÃO			NIOAQUE			PORTO MURTINHO		
PONTA PORÃ			GUIA LOPES DA LAGUNA			CARACOL		
ARAL MOREIRA			MARACAJU			BODOQUENA		
CORONEL SAPUCAIA			DOIS IRMÃOS DO BURITI			BELA VISTA		
PARANHOS			DOURADOS			JARDIM		
AMAMBAÍ			ITAPORÃ			BONITO		
LAGUNA CARAPÃ			DOURADINA			MIRANDA		
TACURÚ			AQUIDAUANA					
SETE QUEDAS			ANASTACIO					
IGUATEMÍ			VICENTINA					
JUTÍ			FATIMA DO SUL					
JAPORA			DOIS IRMAOS DO BURITI					
NAVIRAI								
MUNDO NOVO								
ELDORADO								

ITAQUIRAÍ		
CAARAPO		

Fonte: IBGE, 2010

Percebe-se uma grande região incluída e, por isso, a necessidade de divisão para facilitar as análises, realizar comparações e priorizar futuras ações. A partir da definição da região desenvolveu-se uma série de mapas, com uso do QGIS, utilizando sobreposição de capas (como folhas sobrepostas que possibilitam juntar informações para visualizar, combinar e comparar distintas localidades em virtude de critérios específicos) o que possibilitou análises específicas e a verificação de desafios regionais para possível desenvolvimento do Itinerário Cultural “Caminho para os Ervais” e elementos de patrimonialização existentes nos bancos de dados utilizados.

4. Itinerário Cultural Caminhos para os Ervais

Deu-se início ao trabalho com fontes de dados para estudar a viabilidade de recuperar o antigo caminho real utilizado pelos colonizadores espanhóis e portugueses, o Peabiru, nome indígena para esses caminhos (Busón & Zamberlan, 2018). Esses eram utilizados mesmo antes da chegada dos europeus, que logo se valeram deles como caminhos de entrada no território, o que figura em documentos históricos, como o de Diáz de Guzmán (1835) escrito em 1612, publicado em 1835, referendando as afirmações acima.

O que também referenda os dizeres do caminho e comprovam sua autenticidade são os documentos cartográficos, mapas, como o mostrado na Figura 1, onde se verifica a ilha grande do Paraná, um pouco mais abaixo se percebe uma rota de um caminho que sai do rio e se adentra em terra, cruzando com o que parece ser uma serra. Nesse momento existe uma bifurcação da rede aonde uma parte do caminho vai para o oeste e outra para o norte.

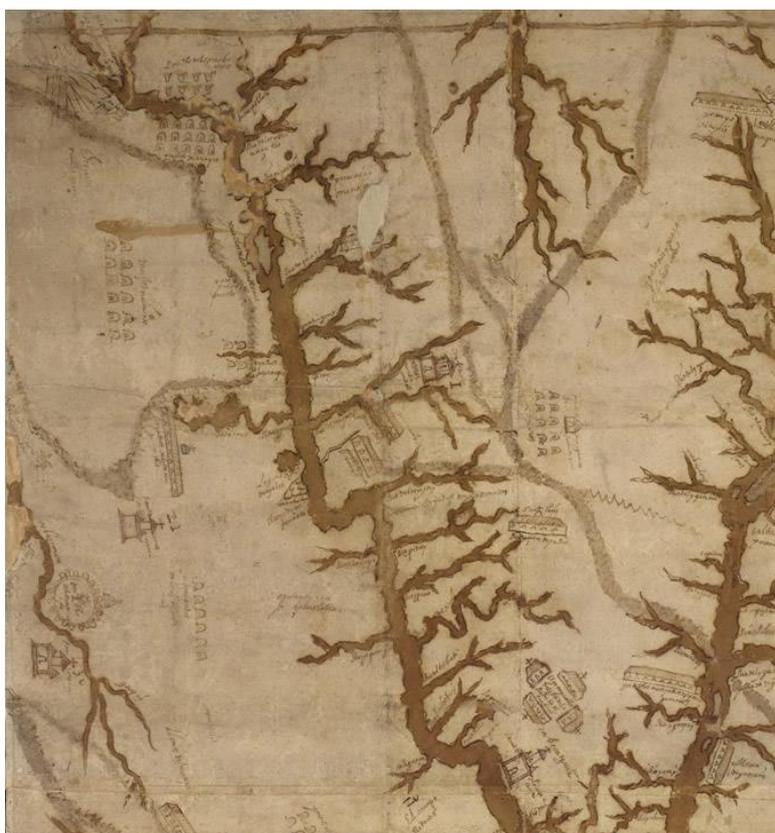


Figura 1. Detalhe do "Mapa de América del Sur desde el Ecuador hasta el Estrecho de Magallanes". Fonte Archivo General de Indias (Sevilla, España) Consejo de Indias (España) Código de Referencia: ES.41091.AGI/27.3//MP-BUENOS_AIRES,4

Na Figura 2 tem-se um mapa mais recente, de 1876, onde se verifica o caminho e a nomenclatura, Caminho para os Ervais. Esse mapa é base da descoberta para a proposta do Itinerário Cultural (Busón & Zamberlan, 2018). Foi a partir dele que se passa a delimitar a região em estudo.



Figura 2. BNDIGITAL (2012) CROQUIS da parte da Província de Mato Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay projectada para melhor intelligência de uma exposição que o acompanha. 1876.

Esse material foi elaborado justo depois da Guerra Guassu ou Guerra da Tríplice Aliança, com fins de redesenhar um novo traçado para a fronteira do Brasil e Paraguai. No mapa de 1876, figura 2, se descreve com todo luxo de detalhes uma rede de caminhos que inspira essa proposta. A partir disso foi possível verificar os municípios que fazem parte da proposta, que se percebe na Figura 3, elaborada através do QGIS.

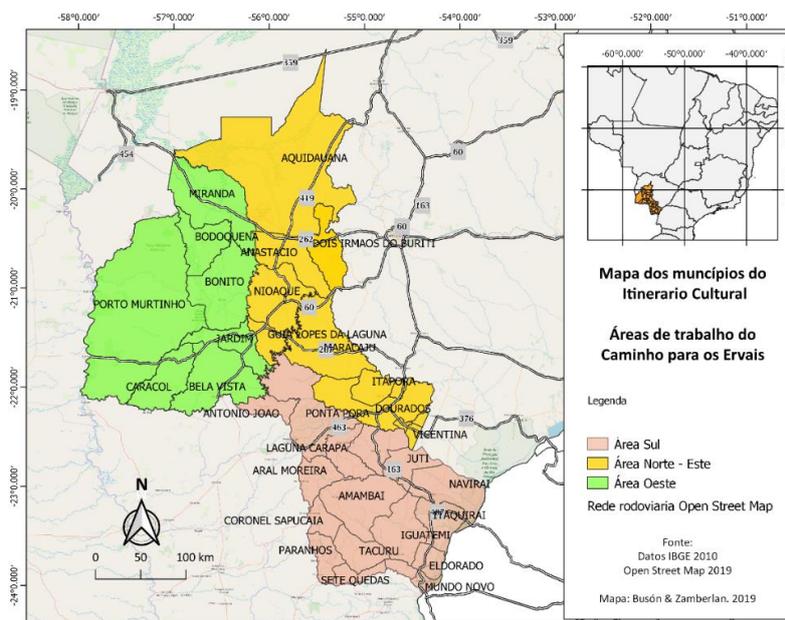


Figura 3- Área de abrangência do itinerário cultural Caminho para os Ervais.

Fonte: IBGE 2010, Open Street Map e elaboração própria

Com base na capa de divisão política dos municípios elaborada no QGIS foi utilizado dados do IBGE e do IDH 2010, para uma prospecção dos municípios afetados pelo caminho a fim de obter maior conhecimento da realidade local e verificar a necessidade de ações para buscar o desenvolvimento regional. Na figura 4 foram agrupados 6 mapas construídos no QGIS para facilitar a compreensão das relações entre as variáveis analisadas. Buscou-se associar seis variáveis com os

municípios afetados pelo Caminho para os Ervais, a saber: i) renda per capita média dos extremamente pobres; ii) percentual dos extremamente pobres; iii) renda média dos pobres; iv) percentual de pobres; v) taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) e; vi) percentual de crianças vulneráveis à pobreza. Também foi incluída nos mapas a localização das terras indígenas, que teve como mote possibilitar correlações entre as variáveis e questões étnicas e culturais, bem como visualizar a possibilidade de ações concretas de patrimonialização futura.

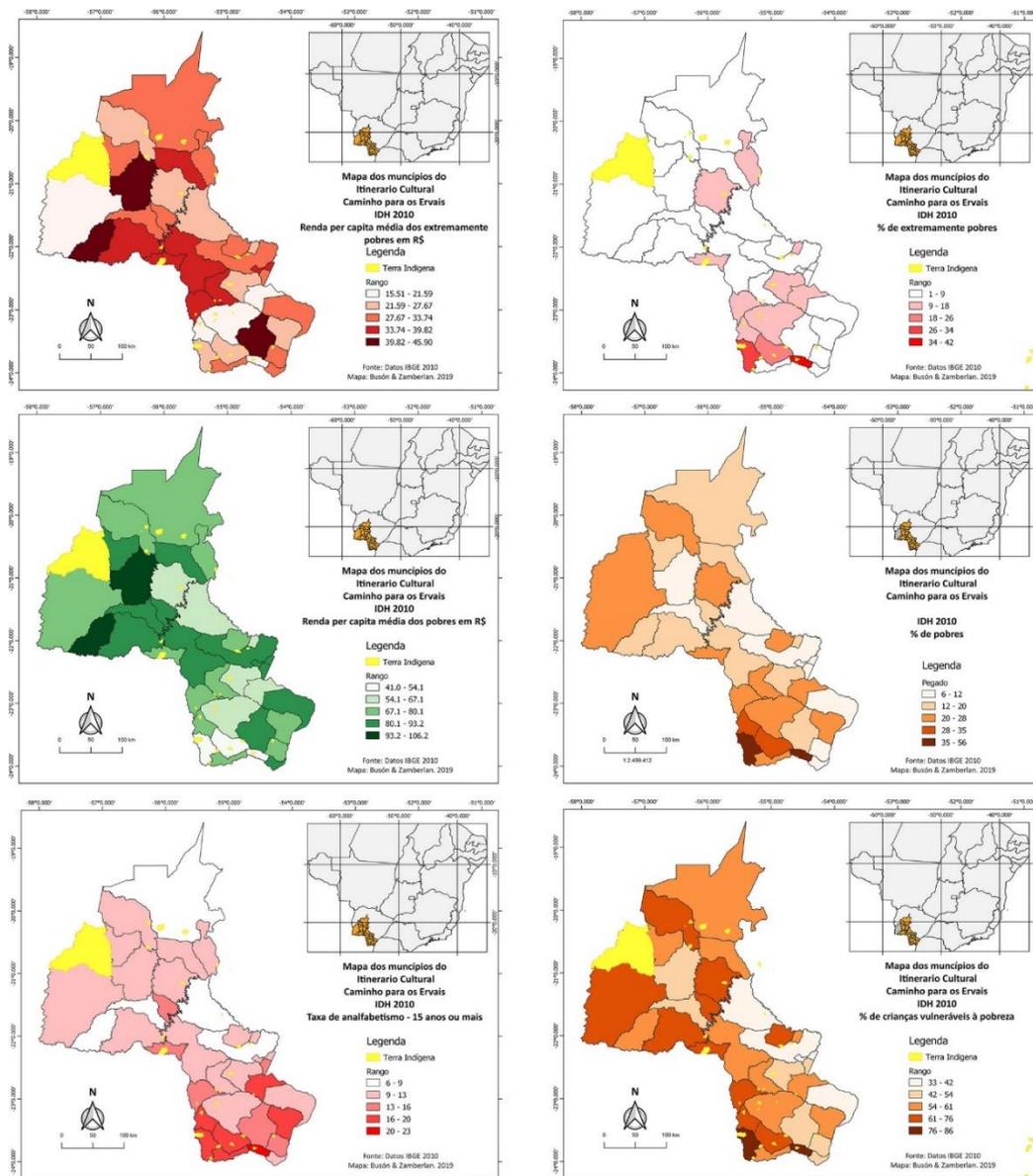


Figura 4 – Mapas de plotagem de variáveis socioeconômicas nos municípios atingidos pelo Itinerário Cultural “Caminho para os Ervais”. Fonte: IBGE 2010 e elaboração própria

Percebe-se, de modo geral, que a região apresenta vulnerabilidade, pois possui municípios com elevados percentuais de pobreza e pobreza extrema. A maior parte dos municípios possui percentuais elevados de pobres e extremamente pobres. No que tange a pobreza 11 municípios apresentaram entre 20 e 28 por cento de pobres; 2 municípios entre 28 a 35 por cento de pobres e outros 2 com 35 a 56 por cento de pobres. Quando se coloca os índices de extrema pobreza a situação fica mais alarmante, pois se tem que 12 municípios tem entre 9 e 42 por cento de extremamente pobres.

A Figura 4 ainda possibilita observar algumas relações, por exemplo, as taxas de analfabetismo são maiores para aqueles municípios que apresentam maior percentual de pobres e extremamente pobres, e que em terras indígenas os problemas de pobreza e analfabetismo parecem estar correlacionados, pois para a maioria dos municípios onde há presença de terras indígenas há presença de problemas de renda e de pessoas vivendo na pobreza e/ou extrema pobreza. Esse fato indica a necessidade de aprofundamento de estudos, da real correlação e da necessidade de ações direcionadas para o desenvolvimento de grupos étnicos específicos.

Continuando, ao olhar o último mapa da figura 4, observa-se que o percentual de crianças vulneráveis à pobreza é mais elevado nas regiões mais pobres, o que é um fato lógico, mas que indica a necessidade de ações de desenvolvimento prioritárias nessas regiões, a fim de reverter esse ciclo para gerações futuras. As taxas de analfabetismo mais elevadas também estão nas regiões onde existem maiores taxas de crianças em situação de vulnerabilidade. Essas constatações também podem ser, em parte, explicadas pela distribuição de renda, mensurada pelo Coeficiente de Gini, que varia de 0 a 1, quanto mais próximo a zero, melhor é a distribuição de renda e quanto mais próximo a 1, mais concentrada ela é. O índice de Gini é mostrado na Figura 5.

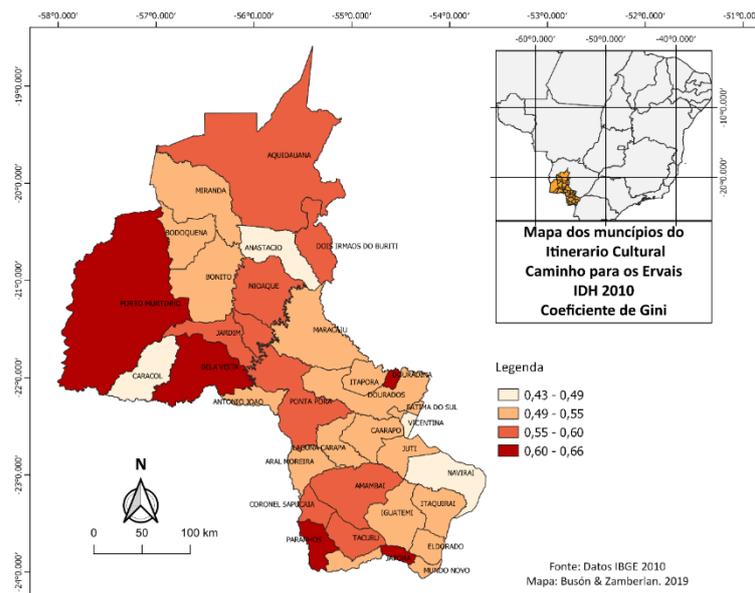


Figura 5 – Coeficiente de Gini para os municípios do Itinerário “Caminho para os Ervais”.

Fonte: IBGE 2010 e elaboração própria

A Figura 5 deixa claro que o problema da distribuição de renda afeta outras questões que impactam claramente no desenvolvimento da região. Porque essa distribuição se apresenta ruim para praticamente toda a região do Itinerário Caminho para os Ervais, pois bem, uma das possíveis explicações está na atividade econômica exercida, a maior parte dos municípios tem nas commodities agropecuárias a base de sua economia e os serviços locais. Algumas regiões que apresentam melhor distribuição de renda possuem a matriz produtiva um pouco mais diversificada, conforme pode-se observar nas estatísticas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO/MS (2019), como Naviraí, que possui Usinas Sucroalcooleiras, que mesmo estando vinculadas ao setor agropecuário, movimentam outros setores de serviços e também geram maior número de empregos do que a atividade agropecuária direta. A região de Anastácio, que também apresenta uma melhor distribuição de renda, está localizada no início do Pantanal, possui, além da atividade agropecuária, o turismo de aventura e cultural.

Outros dois municípios que apresentam melhor distribuição de renda são Vicentina e Caracol. Também se baseando em dados da Semagro (2019) pode-se inferir que Vicentina, tem na agropecuária seu ponto forte, é pequeno e densamente povoado, possui uma diversificação na

pecuária, pois além do bovino de corte, também possui aves, e, da mesma forma que Naviraí, existe indústria sucroalcooleira. Caracol, por outro lado, possui uma pequena população, praticamente envolvida na agropecuária. A explicação da distribuição de renda pode estar mais associada à questão da densidade populacional muito baixa.

Frente a essas constatações socioeconômicas sobre os municípios do “Caminho para os Ervais”, percebe-se a necessidade de criar alternativas para diversificação produtiva e melhoria dos indicadores, o que poderia impactar no desenvolvimento regional. Explorar a cultura, os elementos étnicos, que estão presentes na região, principalmente pela presença indígena, podem gerar, também, uma forma de atendimento para fins de fomento do desenvolvimento de grupos particulares. Percebe-se através das diversas figuras que a região sul é, hoje, a mais vulnerável e que possui indicadores de pobreza e extrema pobreza alarmantes, sendo uma prioridade para ações e políticas de desenvolvimento econômico e regional e o Itinerário Cultural, caminho para os Ervais, pode ser um instrumento que auxilie a, por meio da história e da cultura, propiciar um melhor desenvolvimento do território, através dos processos de patrimonialização. Mas o que patrimonializar e promover? É aqui que se encontra um dos desafios para implantação do Itinerário Cultural, pois é necessário inventariar bens materiais e imateriais em cada localidade. Pelo tamanho, a divisão das partes e a priorização das regiões é um passo para que se inicie o processo por algum lugar. Entretanto, algumas informações sobre elementos que podem ser patrimonializados já existem em alguns bancos de dados. A figura 6 traz algumas informações, que estão cadastradas no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), coletadas através do Software QGIS.

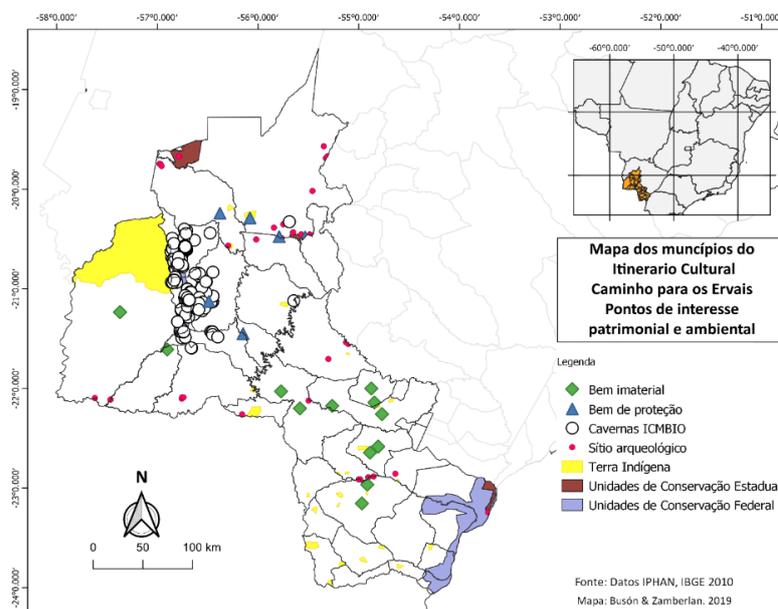


Figura 6 – Mapa com pontos de interesse passíveis de patrimonialização.

Fonte: IPHAN, IBGE 2010 e elaboração própria

A Figura 6 traz uma série de pontos que estão registrados no banco de dados do IPHAN, como grutas e cavernas, bens imateriais, sítios arqueológicos, unidades de conservação, etc. Percebe-se que somente nas grutas, que estão concentradas na região central entre a parte norte-leste e a parte oeste do território, é passível de se estabelecer uma rota ou um parque ou “geoparque” que auxilie no processo de patrimonialização territorial. A partir disso, nota-se que existem desafios importantes para patrimonializar os bens e o território do Caminho para os Ervais. Um dos primeiros passos está na visita dos pontos hoje catalogados e na criação de estratégias para valorá-los, bem como promovê-los dentro da própria localidade, fazendo-os conhecer e com eles se identificar.

Como a região possui história, e foi palco de um dos episódios mais relevantes da América do Sul, além de verificar pontos naturais que podem ser utilizados, relacionados à paisagem, fazer um levantamento de personagens históricos que estiveram ou de alguma forma visitaram ou influenciaram a região. Na Guerra Guassu, o próprio Solano Lopes, esteve em parte da região do Itinerário, pois percorreu parte desse caminho até onde é Cerro Corá, no Paraguai, local onde foi morto, pelas tropas brasileiras lideradas pelo Conde D’Eu, um outro personagem que esteve na região.

Associar personagens com a região e com locais específicos é uma estratégia de valorização, mas deve-se ter autenticidade, por isso, a pesquisa social e histórica se faz importante. A presença de personagens históricos na região dá um caráter de importância, da mesma forma que os acontecimentos históricos da formação do território, como o caso específico da Guerra Guaçu, também tem essa finalidade. Como aflorar essas memórias e como elas podem ser disseminadas ao ponto de valorizar o lugar? É sabido que em tempos mais remotos, nas expedições de limites do Império Espanhol e Português, personagens importantes da História, como Félix de Azara, estiveram no território (Busón & Zamberlan, 2018). Buscar por documentos comprobatórios, que auxiliem a registrar a estada ou passagem de personagens assim como de acontecimentos históricos que marcam de alguma forma a história e o território é um desafio do processo proposto, também sua divulgação e sua valorização no coletivo dos residentes, em um processo de apropriação dos elementos históricos e culturais cumprindo as fases do processo de patrimonialização.

Outro desafio está na pesquisa de lendas e do folclore regional, que pode ser um elemento de resgate e de valorização da cultura, inclusive para criação posterior de festas e festivais, exposições e outros meios de expressão cultural. O levantamento de bens naturais e paisagísticos também se torna um desafio, mas não somente eles, mas também as relações entre os elementos geomorfológicos e os acontecimentos históricos que podem ser fruto das mesmas lendas e do folclore, que formam a cultura e suas expressões. Em um processo de construção, de criar vínculos entre elementos e criar um símbolo representativo das pessoas e do lugar. Esse é um desafio que se inicia para uma discussão que se alonga.

Conclusão

O objetivo desse estudo foi analisar dados socioeconômicos e patrimoniais conhecidos do território, permitindo traçar desafios de patrimonialização e elencando prioridades baseadas em vulnerabilidades regionais encontradas. Através de uma análise documental, de busca em banco de dados com uso do QGIS pode-se perceber a vulnerabilidade econômica da região do Itinerário Caminho para os Ervais, também foi possível verificar que pontos que podem ser patrimonializados ou mesmo ser utilizados para outras estratégias, que são caminhos para a patrimonialização de territórios, já estão em banco de dados do IPHAN, porém ainda há muito a ser feito, inclusive no que tange ao levantamento de bens patrimoniais e culturais.

Os resultados desse trabalho apontam a uma necessidade iminente de priorização da região sul do Itinerário “Caminho para os Ervais”. Primeiro, porque é a região que apresenta índices socioeconômicos alarmantes, que precisam ser melhorados, não pelo intuito de patrimonialização, mas de melhoria nas condições de vida das populações residentes, que depois, lógico, contribuem para o dito processo. Segundo, porque era na região sul que os ervais nativos foram explorados, é nessa região que existem plantações de erva mate, e ela deve ter atratividade e iniciar um processo de desenvolvimento.

Constatou-se que há muitas possibilidades de criar locais e bens que possam ser patrimonializados, mas que demandam estudos e pesquisas para que se possa fazer associações de locais, com eventos sociohistóricos, personagens, para fins de formar, desenvolver e criar identidade, por meio do resgate cultural e histórico regional e de sua importância. Percebeu-se que a patrimonialização é um processo que pode trazer bons resultados, pode contribuir na diversificação das atividades econômicas e na melhoria de vida dos residentes, melhorando os indicadores ora

apresentados. No entanto, é um processo que demanda pesquisas, tempo e rede de atores imbuídos da percepção da necessidade de se fazer algo que tenha efeito no desenvolvimento do território, como mostrado nos exemplos de onde os processos foram aplicados.

Estudos futuros fazem necessário. É importante que se saiba mais da história, da cultura, dos locais e de seus encontros e desencontros, para que dessa forma seja possível idealizar meios de valorizar-los, de valorizar a paisagem, a cultura, os personagens e mitos. E que tudo possa criar uma forte simbologia que se venha a se impregnar no território e que se transfira para pessoas, produtos agrícolas, artesanais, para paisagens e parques, entre outros. Os limites desse trabalho são exatamente as portas que se abrem para outros que venham a contribuir nesse processo de um longo caminho a percorrer.

Referências

- Abderrahmane, O. (2018). Consommation du patrimoine hydraulique par le activités touristiques: Cas de La Haute Vallée du DRAA. *digitAR-Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, (5), 133-157. https://doi.org/10.14195/2182-844X_ex2018a_7
- Ariel de Vidas, A., & Rahimov, R. (2022). Patrimonialization and Ethno-Cultural Management in Kyrgyzstan and Mexico: Two Contrasting Policies. *Heritage & Society*, 1-16. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2022.2127176>
- Askour, K. (2018). Développement d'un écosystème territorial d'innovation sociale dans les zones touristiques vulnérables au Maroc: Cas des territoires oasiens. *digitAR-Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, (5), 17-29. https://doi.org/10.14195/2182-844X_ex2018a_1
- Bernardo, E. (2022). Turismo Cultural e Patrimonialização no Douro (Portugal): O Caso do Souvenir Barro Preto de Bisalhães. *RPER*, (62), 21-38.
- Beroíza Pereira, C., Pilquiman Vera, M., Cid Aguayo, B., de la Maza Cabrera, F., & Cea León, E. (2022). Patrimonialización turística y autonomías en territorios indígenas protegidos: Experiencias contemporáneas del alto Biobío, Chile. *Diálogo andino*, (67), 346-357. <https://doi.org/10.4067/S0719-26812022000100346>
- Bhuiyan, M. H. R., Hossain, M. A., & Yeasmen, N. (2022). Local-traditional foods of Bangladesh: A treasure to be preserved. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, 30, 100602. <https://doi.org/10.1016/j.ijgfs.2022.100602>
- Bndigital (2012). Croquis da parte da Província de Matto Grosso imediata aos limites com a República do Paraguay projectada para melhor inteligência de uma exposição que o acompanha. 1876. 1 mapa ms, col, 48,5 x 85cm em folha de 52 x 89. El norte esta hacia el lado izquierdo del mapa. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249890/cart249890.html>. Acesso em: 22 maio. 2019.
- Buson, C. B., & Zamberlan, C. O. (2018). Rescate de caminos históricos como pauta de desarrollo sostenible. El camino para los yerbales, una ruta cultural de integración binacional. *Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania*, 2(1), 11-16.
- Buson, C. B., Zamberlan, C. O., Sonaglio, C., & Missio, F. (2020). A proposta do caminho para os ervais: desenvolvendo territórios através da criação de itinerários culturais na fronteira Brasil-Paraguai= The Proposal of «Caminho para os Ervais»: Developing Territories through Creation of Cultural Itineraries in Brazil-Paraguay Border. *Espacio Tiempo y Forma. Serie VI, Geografía*, (13), 35-54. <https://doi.org/10.5944/etfvi.13.2020.27170>
- Büttenbender, P. L., Bartoli, E., de Oliveira Menezes, E. C., Zamberlan, C. O., Covas, A. M. A., & Henzel, M. E. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18(1). <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6522>
- Cara, R. B. (2004). Patrimonialización de valores territoriales. *Turismo, sistemas productivos y desarrollo local. Aportes y transferencias*, 8(2), 11-24.
- Cardona, F. R. (2016) La caficultura como patrimonio cultural y productivo. Paisaje Cultural Cafetero de Colombia: cinco años como patrimonio mundial. Manizales: Ministério de Cultura: Federación Nacional de Cafeteros, 2016.
- Duis, U. (2021). Valores del paisaje en la vida cotidiano de los cafeteros, referentes para la gestión sustentable del patrimonio territorial en el Quindío, Colombia. *Perspectiva Geográfica*, 26(2), 54-71. <https://doi.org/10.19053/01233769.12404>
- De Bruycker, L., & Girault, Y. (2018). Constraints and stakes in enhancing archaeological landscapes in the digital age. *International Journal of Geoheritage and Parks*, 6(1), 75-94. <https://doi.org/10.17149/ijg.j.issn.2210.3382.2018.01.006>

- Diás de Guzmán, R. Detalle do "Mapa de América del Sur desde el Ecuador hasta el Estrecho de Magallanes". Archivo general de indias (sevilla, españa). Consejo de Indias (España). Código de Referencia: ES.41091.AGI/27.3//MP-BUENOS_AIRES,4, 1558-1629
- Diáz de Guzmán, Ruy. Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata / escrita por Ruy Díaz de Guzmán, en el año de 1612. Edición digital a partir de Pedro de Angelis, Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata. Tomo Primero, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1835.
- Djament, G. (2020). La patrimonialisation du logement social, observatoire de l'omnipatrimonialisation fragile. Le cas de Plaine Commune. Les Cahiers de la recherche architecturale urbaine et paysagère, (8). <https://doi.org/10.4000/craup.4776>
- Fernández, M. I. L. (2006). Diseño y programación de itinerarios culturales. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 14(60), 20-33. <https://doi.org/10.33349/2006.60.2253>
- Landel, P. A., Senil, N., & Mao, P. (2007). Etude sur les poles d'economie du patrimoine diagnostic strategique des ressources patrimoniales de la region de tadla azilal. Rapport Diagnostic Provisoire, Phase 1, halshs-01387639, 2007.
- Yáñez, C. M. (2008). Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio. Cuadernos de Arte de la Universidad de Granada, 39, 251-266.
- Munárriz, L. Á. (2011). La categoría del paisaje cultural. AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana, 6(1), 58-80. <https://doi.org/10.11156/40>
- Ouhajou, L., & Lmariouh, A. (2018). La Prospective Territoriale au service du patrimoine oasisien: Cas des oasis de Tafilalet. digitAR - Revista Digital de Arqueología, Arquitectura e Artes, 5. https://doi.org/10.14195/2182-844X_5_1
- Prakoffjewa, J., Kalle, R., Belichenko, O., Kolosova, V., & Sõukand, R. (2020). Re-written narrative: transformation of the image of Ivan-chaj in Eastern Europe. Heliyon, 6(8), e04632. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e04632>
- Reyes-Chávez, P. P., Pensado-Leglise, M. D. R., Cruz-Cárdenas, G., & Flores-Magallón, R. (2021). The hindrances to obtaining protected geographical indications for products in Mexico. Case study of dairy farming in the Ciénega de Chapala, Michoacan. Sustainability, 13(12), 6701. <https://doi.org/10.3390/su13126701>
- Salvador, R., Lúcio, J. & Fernandes, A. (2007). Pólos de economia do patrimônio: uma estratégia de valorização territorial. VI Congresso da Geografia Portuguesa. Lisboa, 17 a 20 de outubro de 2007.
- Semagro. (2019). Dados Estatísticos dos Municípios. Disponível em <http://www.semagro.ms.gov.br/perfis-socioeconomicos-do-ms-e-municipios/> acesso em: 30/10/2019.
- Silva, S. C. Patrimonialização e Desenvolvimento. Anais do Circuito de Debates Acadêmicos – CODE, 2011 – IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo5.pdf>>. Acesso em outubro de 2019.
- Virassamy, C. (2002). Les pôles d'économie du patrimoine. Documentation Française – Coll. Territoires en mouvement, 90 p.
- Vpah – Les Villes et Pays d'art et d'histoire. disponível em < <http://www.vpah.culture.fr/france/france2.htm> > acesso em: 12/10/2019.
- Zanirato, S. H., & Ribeiro, W. C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, 26, 251-262. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012>

DECLARATION OF CONTRIBUTIONS TO THE ARTICLE – CrediT

ROLE	C Sonaglio	C Zamberlan
Conceptualization – Ideas; formulation or evolution of overarching research goals and aims.	x	x
Data curation – Management activities to annotate (produce metadata), scrub data and maintain research data (including software code, where it is necessary for interpreting the data itself) for initial use and later re-use.	x	x
Formal analysis – Application of statistical, mathematical, computational, or other formal techniques to analyze or synthesize study data.	x	
Funding acquisition - Acquisition of the financial support for the project leading to this publication.		
Investigation – Conducting a research and investigation process, specifically performing the experiments, or data/evidence collection.	x	
Methodology – Development or design of methodology; creation of models.	x	
Project administration – Management and coordination responsibility for the research activity planning and execution.		x
Resources – Provision of study materials, reagents, materials, patients, laboratory samples, animals, instrumentation, computing resources, or other analysis tools.		x
Software – Programming, software development; designing computer programs; implementation of the computer code and supporting algorithms; testing of existing code components.		
Supervision – Oversight and leadership responsibility for the research activity planning and execution, including mentorship external to the core team.	x	x
Validation – Verification, whether as a part of the activity or separate, of the overall replication/reproducibility of results/experiments and other research outputs.	x	x
Visualization – Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically visualization/data presentation.	x	
Writing – original draft – Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically writing the initial draft (including substantive translation).	x	x
Writing – review & editing – Preparation, creation and/or presentation of the published work by those from the original research group, specifically critical review, commentary or revision – including pre- or post-publication stages.		